

Regulamento do Conselho de Representantes da FMUP
(aprovado na reunião de 14 de setembro de 2018)

CAPÍTULO I

COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS

Artigo 1.º

Objeto

A constituição e funcionamento do Conselho de Representantes da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, doravante designada simplesmente por FMUP, regem-se pelo presente regulamento, sem prejuízo do disposto nos artigos 12.º a 18.º e demais normas aplicáveis dos estatutos da FMUP.

Artigo 2.º

Composição do Conselho de Representantes

O Conselho de Representantes é composto por quinze membros, assim distribuídos:

- a) Nove representantes dos docentes ou investigadores da FMUP, podendo até um terço deles não possuir o grau de doutor;
- b) Quatro representantes dos estudantes, de quaisquer ciclos de estudos da FMUP, sendo que destes pelo menos um deverá ser estudante de programas do 3.º ciclo de estudos e pelo menos dois deverão ser estudantes do curso de Mestrado Integrado em Medicina;
- c) Um representante dos trabalhadores não docentes e não investigadores da FMUP;
- d) Uma personalidade externa cooptada pelos restantes membros do Conselho de Representantes.

Artigo 3.º

Competências do Conselho de Representantes

1 — Compete ao Conselho de Representantes:

- a) Organizar o procedimento de eleição da personalidade a propor para as funções de Diretor nos termos da lei, dos Estatutos da FMUP e do regulamento aplicável;
- b) Comunicar formalmente ao Reitor da Universidade do Porto o resultado da eleição referida na alínea anterior e respetivo programa de governo;
- c) Aprovar o seu regulamento;
- d) Aprovar as propostas de alterações dos Estatutos da FMUP;
- e) Apreciar os atos do Diretor e do Conselho Executivo;
- f) Propor as iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento da FMUP;
- g) Aprovar o regulamento orgânico da FMUP;
- h) Aprovar os regulamentos da eleição do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico;

- i) Decidir sobre a criação, fusão, transformação e extinção de unidades de investigação da FMUP, ouvido o Conselho Científico;
- j) Nos casos excecionais de discordância reiterada entre o Diretor e o Conselho do Departamento quanto ao nome do Diretor do Departamento, indicar a personalidade a ser nomeada pelo Diretor;
- k) Desempenhar as demais funções previstas na lei, nos Estatutos da Universidade do Porto e nos presentes Estatutos.

2 — Compete ao Conselho de Representantes, nos prazos definidos pelo Reitor da Universidade do Porto em função das necessidades do governo da Universidade, sob proposta do Diretor:

- a) Aprovar as propostas dos planos estratégicos da FMUP e o plano de ação para o quadriénio do mandato do Diretor e enviá-las ao Conselho Geral da Universidade do Porto;
- b) Aprovar as propostas do plano de atividades e do orçamento de despesas e receitas anuais da FMUP e enviá-las para o Reitor da Universidade do Porto;
- c) Aprovar o relatório de atividades e as contas anuais e enviá-los para o Reitor da Universidade do Porto;
- d) Criar, transformar ou extinguir subunidades orgânicas da FMUP, ouvidos o Conselho Científico e o Conselho Consultivo;
- e) Aprovar as linhas gerais de orientação da Unidade Orgânica nos planos científico, pedagógico e financeiro;
- f) Aprovar e/ou pronunciar -se sobre os restantes assuntos que lhe forem apresentados pelo Diretor.

3 — Em situação de gravidade para a FMUP, o Conselho de Representantes poderá propor ao Reitor da Universidade do Porto a exoneração do Diretor, mediante proposta fundamentada, aprovada por maioria de dois terços dos membros do Conselho, em reunião expressamente convocada para o efeito.

CAPÍTULO II

ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO

Artigo 4.º

Início e organização do processo eleitoral

1 — O processo eleitoral para constituição do Conselho de Representantes inicia-se com a publicação do calendário eleitoral, fixado pelo Conselho Executivo em exercício, de harmonia com o disposto no artigo 60.º dos estatutos da FMUP, precedida da elaboração e publicação dos respetivos cadernos eleitorais nos termos do artigo 59.º dos mesmos estatutos.

2 — O processo eleitoral será acompanhado por uma Comissão Eleitoral para cada um dos corpos definidos nas alíneas a), b) e c) do artigo 2º, nomeada pelo Conselho Executivo em exercício, que integrará um presidente e dois vogais.

3 — Os elementos da Comissão Eleitoral não poderão ser candidatos em qualquer lista concorrente às eleições.

Artigo 5.º

Método de eleição

1 — Os membros do Conselho de Representantes referidos nas alíneas *a)*, *b)* e *c)* do artigo 2.º são eleitos diretamente pelos respetivos corpos eleitorais, através de votação nominal em listas submetidas para o efeito, de acordo com os estatutos da FMUP e o regulamento eleitoral aprovado.

2 — Cada elemento da FMUP só pode ser candidato numa lista concorrente.

Artigo 6.º

Votação

1 — A votação terá lugar na data, horário e local constantes do calendário eleitoral e do despacho que o fixar nos termos do n.º 1 do artigo 4.º.

2 — Os boletins de voto deverão conter a menção ao Conselho de Representantes, a designação das listas concorrentes e os nomes dos candidatos de todas as listas concorrentes, ordenados por listas e, dentro de cada lista, segundo a ordem apresentada à comissão eleitoral.

3 — Cada eleitor votará apenas num dos nomes constantes no respetivo boletim de voto.

4 — Cada lista concorrente poderá designar um representante para acompanhar a votação.

Artigo 7.º

Apuramento dos resultados

1 — Cada lista apurará um número de votos igual à soma dos votos nominais atribuídos aos membros individuais da lista.

2 — Cada lista elegerá um número de membros determinado pela aplicação do método de Hondt aos resultados da eleição, sendo eleitos os candidatos que tenham obtido mais votos na respetiva lista, salvaguardada a composição prevista nas alíneas *a)* e *b)* do artigo 2.º no que respeita, respetivamente, ao número máximo de representantes sem o grau de doutor e aos ciclos de estudos nos quais os representantes dos estudantes se encontram inscritos.

3 — Em caso de empate entre membros da mesma lista, seguir-se-á a ordenação constante da lista apresentada à comissão eleitoral.

4 — Cada lista concorrente poderá designar um representante para acompanhar a contagem de votos.

Artigo 8.º

Reclamações

1 — As eventuais reclamações deverão ser dirigidas ao presidente da respetiva Comissão Eleitoral no prazo máximo de um dia útil após a publicação dos resultados da votação.

2 — Das decisões da comissão eleitoral cabe recurso para o Reitor da Universidade do Porto.

Artigo 9.º

Designação da personalidade externa

1 — A personalidade externa a que se refere a alínea d) do artigo 2.º é cooptada pelo Conselho de Representantes, mediante proposta aprovada por maioria de dois terços dos seus membros; ou seja, são necessários pelo menos 10 votos para eleição da personalidade externa.

2 — A cooptação da personalidade externa ocorrerá em reunião expressamente convocada para o efeito pelo presidente do Conselho de Representantes cessante, a realizar nos primeiros cinco dias úteis após a tomada de posse dos seus membros, com vista a possibilitar a participação da personalidade externa na eleição do Presidente, Vice-presidente e Secretário do Conselho e do Diretor da FMUP.

3 — A reunião prevista no número anterior será dirigida pelo representante dos Docentes e Investigadores eleito para o novo Conselho de Representantes que tenha obtido o maior número de votos, assumindo a figura de Presidente Interino. Em caso de empate, será designado como Presidente Interino o Representante dos Docentes e Investigadores que apresente uma maior antiguidade na FMUP.

CAPÍTULO III

Presidente, Vice-presidente e Secretário do Conselho de Representantes

Artigo 10.º

Eleição do Presidente, Vice-presidente e Secretário do Conselho de Representantes

1 — O Conselho de Representantes tem um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário, eleitos por maioria de dois terços dos seus membros.

2 — A eleição do Presidente, Vice-presidente e Secretário decorrerá em reunião do Conselho de Representantes, convocada para o efeito pelo Presidente Interino do Conselho de Representantes, a realizar no prazo máximo de dez dias úteis a seguir à aprovação da personalidade externa, nos termos do artigo 9º.

3 — São elegíveis para os cargos de Presidente e de Vice-presidente do Conselho a personalidade externa e os representantes dos docentes ou investigadores com o grau de doutor.

4 — A eleição faz-se por votação em listas conjuntas, propostas por pelo menos dois membros do Conselho.

5 — Caso nenhuma das listas conjuntas obtenha a maioria prevista no número 1 do presente artigo, proceder-se-á a votação por listas individuais para cada um dos cargos a constituir, elegendo-se, por maioria de dois terços dos membros do Conselho, primeiramente o Presidente, em seguida o Vice-presidente e, por último, o Secretário.

Artigo 11.º

Competências do Presidente, Vice-presidente e Secretário

1 — Ao Presidente do Conselho de Representantes compete, nomeadamente:

- a) Convocar as reuniões do Conselho e dirigir os respectivos trabalhos, tendo voto de qualidade;
- b) Estabelecer a ligação do Conselho de Representantes com os restantes órgãos de gestão.
- c) Dar oportuno conhecimento aos membros do Conselho de informações e documentos que lhe sejam dirigidos;
- d) Exercer o voto de qualidade em caso de empate numa votação, exceto tratando-se de votação por escrutínio secreto;
- e) Tornar públicas, de acordo com os pontos 14 e 15 do artigo 15º, e assegurar a execução das deliberações do Conselho;
- f) Decidir sobre a aceitação das justificações de faltas às reuniões dos membros do Conselho de Representantes;
- g) Declarar ou verificar as vagas no Conselho de Representantes e providenciar as substituições devidas;
- h) Constituir assessoria especializada necessária para promover deliberações adequadas sobre assuntos relevantes da competência do Conselho de Representantes.

2 — Ao Vice-presidente do Conselho de Representantes compete substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos temporários e exercer as funções que lhe sejam delegadas pelo Presidente.

3 — Ao Secretário do Conselho de Representantes compete redigir as atas e as minutas com as deliberações aprovadas, e diligenciar pela sua publicitação.

Artigo 12.º

Secretariado

1 — O secretariado do Conselho de Representantes é assegurado pelo secretariado dos órgãos de gestão da FMUP.

2 — Compete ao secretariado assegurar todo o apoio administrativo do Conselho de Representantes, designadamente:

- a) Enviar aos membros do Conselho as convocatórias das reuniões e as ordens de trabalhos;
- b) Fazer circular toda a documentação necessária às reuniões;
- c) Arquivar e guardar todos os documentos relativos à atividade do Conselho;
- d) Prestar todo o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho;
- e) Divulgar as minutas, atas e demais documentos que a elas fiquem apensos, com exceção dos assuntos em tramitação ou considerados confidenciais, no portal da FMUP, conforme expresso nos pontos 14 e 15 do artigo 15º.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Artigo 13.º

Modo de funcionamento

- 1 — O Conselho de Representantes terá, além da reunião destinada à eleição do Diretor da FMUP, pelo menos duas reuniões ordinárias anuais, podendo reunir extraordinariamente nos termos do n.º 3.
- 2 — As duas reuniões ordinárias obrigatórias destinam-se, uma à discussão e aprovação do plano de atividades e do orçamento de despesas e receitas anuais, e outra à discussão e aprovação do relatório de atividades e das contas anuais.
- 3 — As reuniões extraordinárias realizar-se-ão a requerimento de um quinto dos seus membros, por iniciativa do presidente do Conselho de Representantes, ou por solicitação do Diretor da FMUP.
- 4 — O Conselho de Representantes funcionará sempre em plenário.
- 5 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Conselho pode criar comissões com carácter temporário, para estudar, acompanhar ou apresentar ao Conselho propostas de decisão em matérias ou áreas específicas da sua competência. A constituição e duração de cada comissão são objeto de deliberação pelo Conselho, sob proposta do Presidente ou de três dos seus membros. As comissões funcionam sob coordenação do Presidente do Conselho, ou de algum membro do Conselho por si designado, não podendo tomar deliberações que vinculem o órgão.
- 6 — O Diretor da FMUP pode participar nas reuniões ordinárias do Conselho de Representantes, nas reuniões extraordinárias por ele solicitadas, e sempre que convidado pelo Conselho, sem direito a voto.
- 7 — Por decisão e a convite do Conselho de Representantes, podem participar nas reuniões, sem direito a voto, personalidades convidadas para se pronunciarem sobre assuntos da sua especialidade.

Artigo 14.º

Convocação

- 1 — As reuniões ordinárias do Conselho de Representantes realizar-se-ão por agendamento prévio aprovado, o mais tardar, na reunião anterior, e as reuniões extraordinárias, na data marcada pelo Presidente, a qual não deverá ser posterior aos vinte dias úteis seguintes aos dos pedidos referidos no n.º 3 do artigo 13.º.
- 2 — A convocatória para as reuniões será sempre remetida por correio eletrónico, com a antecedência mínima de quinze dias úteis, sendo o prazo reduzido a dez dias úteis em caso de reunião extraordinária.
- 3 — A convocatória para as reuniões obedece formalmente aos seguintes requisitos:
 - a) Deve ser assinada pelo Presidente do Conselho de Representantes ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-presidente;
 - b) Deve indicar o dia, hora, duração máxima e local da reunião e a respetiva ordem de trabalhos;
 - c) Deve ser acompanhada do envio de toda a documentação pertinente e propostas.

4 – Compete ao Presidente do Conselho de Representantes a decisão de aceitação de documentos relativos à ordem de trabalhos disponibilizados apenas após a data da convocatória da reunião.

5— Compete ao Presidente do Conselho de Representantes estabelecer a ordem de trabalhos das reuniões, podendo incluir na ordem do dia quaisquer outros assuntos da competência do Conselho desde que tal lhe seja requerido por escrito por qualquer membro até sete dias de calendário antes da data de realização da reunião, requerimento esse que deverá ser acompanhado de toda a documentação e eventual proposta de deliberação.

6 – Pode ser proposta por qualquer Conselheiro a inclusão de pontos na epígrafe “Outros Assuntos”, inclusão que será votada no início da reunião. A decisão sobre o caráter deliberativo destes assuntos carece de uma aprovação por maioria de dois terços.

Artigo 15.º

Quórum e deliberações

1 — As deliberações do Conselho de Representantes só serão válidas desde que esteja presente a maioria dos seus membros, e são tomadas por maioria simples, exceto nas situações e assuntos em que, por força da lei ou dos estatutos da FMUP, seja requerida a aprovação por maioria absoluta ou qualificada.

2 — Caso não se verifiquem as condições estabelecidas no número anterior, poderá ser elaborada segunda convocatória, para horário nunca inferior a 30 minutos após a hora marcada em primeira convocatória, sendo novamente necessária a presença da maioria dos membros do Conselho de Representantes para que as deliberações do mesmo sejam válidas.

3 — Em casos excecionais e devidamente justificados, os membros do Conselho podem participar de forma não presencial através do recurso a soluções telemáticas ou de telecomunicações (vídeo conferência), sempre que haja condições técnicas para tal e o Presidente considerar conveniente, não sendo admitidas representações. Os membros do Conselho que participem nas reuniões de forma não presencial não poderão participar em votações por escrutínio secreto.

4 — A presença às reuniões do Conselho de Representantes é obrigatória, competindo ao seu Presidente a comunicação ao Conselho Executivo das faltas que houver, não sendo admitidas representações.

5 — A destituição do Diretor da FMUP e a revisão do presente regulamento fora do período normal de revisão requerem a aprovação por maioria de dois terços dos membros do Conselho em efetividade de funções.

6 — Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, as deliberações são tomadas por votação nominal.

7 — As deliberações relativas à eleição e destituição do Diretor da FMUP são tomadas por escrutínio secreto.

8 — As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou qualidades de pessoas são tomadas por escrutínio secreto.

9 — Em caso de empate numa votação por escrutínio secreto realizada nos termos do número anterior, a mesma será imediatamente repetida; caso se verifique novo empate adiar-se-á a votação para a reunião seguinte; se na primeira votação dessa reunião se mantiver o empate, proceder-se-á a votação nominal.

10 — Os membros do Conselho podem apresentar declaração de voto por escrito, que ficará apensa à ata.

11 — No final de cada reunião do Conselho de Representantes, será posta à votação uma minuta, redigida pelo Secretário, contendo as deliberações aprovadas, de modo a torná-las exequíveis e passíveis de imediata disponibilização através do portal da FMUP ou de outros meios tidos por convenientes. A minuta, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

12 — De cada reunião será lavrado um projeto de ata, que incluirá um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações, o qual será remetido pelo Secretário do Conselho a todos os membros do Conselho no prazo de dez dias úteis, devendo qualquer proposta de alteração ser enviada ao Secretário, com cópia para os restantes membros do Conselho, nos dez dias úteis subsequentes.

13 — O projeto final da ata será elaborado pelo Secretário, tomando em consideração as propostas de alteração recebidas, e será posto à votação no início da reunião seguinte, após o que, uma vez aprovado, será assinado pelo Presidente e pelo Secretário do Conselho de Representantes.

14 — As atas e demais documentos que a elas fiquem apensos, com exceção dos assuntos em tramitação ou considerados confidenciais, serão disponibilizados no portal da FMUP a todos os seus membros que dispõem de credenciais de autenticação nesse mesmo portal, no prazo máximo de 5 dias úteis.

15 — Após aprovação, as minutas contendo as deliberações do Conselho de Representantes serão disponibilizadas no portal da FMUP, sem restrições de acesso, no prazo máximo de 5 dias úteis.

Artigo 16.º

Mandatos e substituições

1 — A duração do mandato dos membros do Conselho de Representantes é de quatro anos, exceto no caso dos estudantes que é de dois anos, e só termina com a entrada em funções dos novos membros.

2 — Perdem o mandato os membros do Conselho de Representantes que:

- a) Ultrapassem anualmente o limite de uma falta não justificada;
- b) Sejam punidos em processo disciplinar com pena superior um mês de suspensão;
- c) Renunciem expressamente ao exercício das suas funções, e a renúncia seja aceite pelo Conselho;
- d) Percam a qualidade por que foram eleitos;

e) Estejam impossibilitados permanentemente de exercer as suas funções, por força da lei, dos estatutos da Universidade do Porto ou dos estatutos da FMUP.

3 — Em caso de perda de mandato, os membros do Conselho de Representantes referidos nas alíneas a), b) e c) do artigo 2.º são substituídos pelos elementos não eleitos da sua lista, por ordem decrescente do número de votos recebidos no ato eleitoral, salvaguardada a composição do Conselho de Representantes definida na alínea a) e na alínea b) do artigo 2.º no que respeita, respetivamente, ao número máximo de representantes sem o grau de doutor e aos ciclos de estudos nos quais os representantes dos estudantes se encontram inscritos.

4 — Na ausência de substitutos, proceder-se-á a nova eleição pelo respetivo corpo, desde que as vagas criadas na sua representação atinjam mais de um quarto.

5 — As personalidades externas que solicitem a dispensa das suas funções serão substituídas por outras personalidades, cooptadas nos termos do artigo 9.º

6 — Os membros substitutos e os que forem eleitos nos termos dos números 4 e 5 do presente artigo, apenas completarão o mandato dos cessantes.

7 — O mandato dos membros do Conselho de Representantes que eventualmente se apresentem como candidatos à eleição para Diretor da FMUP é suspenso durante todo o processo eleitoral, sendo substituídos de acordo com as regras definidas no número 3 do presente artigo.

Artigo 17.º

Direitos e deveres dos membros do Conselho de Representantes

1 — Os membros do Conselho de Representantes gozam dos seguintes direitos:

- a) Participar e intervir nas discussões e votações, nos termos do presente regulamento;
- b) Apresentar pedidos de esclarecimento, propostas e declarações de voto;
- c) Propor alterações ao regulamento;
- d) Obter, através do Presidente do Conselho de Representantes, as informações e os esclarecimentos, bem como o acesso, em tempo útil, a toda a informação disponível que entendam necessária à análise dos assuntos e matérias da sua competência, e pertinentes para as decisões a tomar.

2 — Constituem deveres dos membros do Conselho de Representantes:

- a) Comparecer e participar nas reuniões e atividades do Conselho, indicando a razão da ausência quando for o caso;
- b) Desempenhar as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho;
- c) Manter sob reserva todos os assuntos em trâmite, designadamente os classificados pelo Conselho como confidenciais;
- d) Observar os princípios fixados no presente regulamento.

3 — Os membros do Conselho de Representantes não representam grupos nem interesses sectoriais e são independentes no exercício das suas funções.

4 — No caso dos membros eleitos, o dever de comparência às reuniões prevalece sobre os outros deveres, constituindo a participação nas reuniões causa justificativa da ausência ao serviço ou a atividades académicas.

5 — Os membros com afiliações a outras entidades indicarão o destinatário competente para envio da informação justificativa da presença nas reuniões, nos termos legais, a ser remetida, sempre que necessário, atempadamente, pelo secretariado do Conselho de Representantes.

6 — As faltas às reuniões do Conselho devem ser justificadas perante o Presidente, até ao dia da reunião ou, em casos de comprovado impedimento, nos cinco dias imediatos ao termo do impedimento.

7 — São razões justificativas das faltas de comparências as que se encontram previstas na lei geral e, ainda, aquelas que o Presidente do Conselho de Representantes considere atendíveis.

Artigo 18.º

Posses

Todos os membros do Conselho de Representantes assinarão um auto de posse na primeira reunião a que compareçam, dele constando as datas de início e de termo dos mandatos como membros do Conselho de Representantes.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 19.º

Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões suscitadas pela aplicação do presente regulamento serão resolvidas por despacho do Presidente do Conselho de Representantes, dele cabendo recurso para o Conselho de Representantes, a interpor no prazo máximo de cinco dias úteis.

Artigo 20.º

Entrada em vigor e revisão

1 — O presente regulamento entra em vigor logo que aprovado em reunião do Conselho de Representantes.

2 — O início de um processo de revisão deste regulamento pode ter lugar:

a) Dois anos após a sua aprovação, ou anterior revisão, por iniciativa do Presidente do Conselho de Representantes;

b) Em qualquer altura, por decisão da maioria de dois terços dos membros do Conselho de Representantes em efetividade de funções, tomada em reunião expressamente convocada para o efeito.